

Plantão Judiciário – Procedimentos e Rotinas - PJO

Competência técnica: Processamento

Conhecimentos relacionados: Processamento em Plantão Judiciário

Objetivo Geral

Proporcionar ao participante a adoção de medidas para ocorrências durante os plantões, priorizando os expedientes recebidos para que sejam finalizados e não repassados, acelerando a prestação jurisdicional.

Objetivos Específicos

- Apresentar adoção de procedimentos cartorários que visem à otimização na prática processual (recebimento dos expedientes) e aprimoramento na parte operacional junto ao sistema de distribuição e controle de processo (DCP).
- Apresentar o correto cadastramento das partes e a correta classificação dos assuntos, visando o princípio da celeridade processual com a efetiva prestação jurisdicional.
- Visar o conhecimento de pedidos, ações, procedimentos e medidas judiciais de caráter urgente, definidos como aqueles que põem em risco o direito relevante, cuja tutela não possa aguardar decisão judicial no expediente forense normal.
- Atuar de modo conjunto e coordenado com o gabinete, o cartório, os oficiais de justiça, a Autoridade Judiciária, o Ministério Público, a Defensoria Pública e as Delegacias de Plantão.
- Priorizar que os expedientes recebidos naquele plantão sejam finalizados e não repassados para o plantão seguinte. Além de fazer a separação dos expedientes pelo local do fato, visar a remessa para os distribuidores e Juízos competentes das devidas comarcas e remeter ao plantão seguinte.
- Acelerar o tempo com a integração dos órgãos e aplicar métodos favoráveis ao trabalho.

Metodologia e Recursos

Aulas expositivas, materiais de leitura, aulas práticas, entre outros.

Conteúdo Programático

- Aprimoramento desde o método de autuação, códigos para cadastramento, até o encerramento da ata, orientando o seu correto preenchimento.
- Comunicação de Auto de Prisão em Flagrante (APF).
- Conversão do Auto de Prisão em Flagrante em Auto de Prisão Preventiva (expedição de Mandado de Prisão).

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

- Comunicação do Auto de Apreensão de Adolescente por Ato Infracional (AAAPAI) – Internação do menor.
- Requerimento de Relaxamento de Prisão, Liberdade Provisória (expedição de alvará de soltura).
- Esclarecimento do SARQ (alvará de soltura prejudicado).
- Representação/Requerimento da Prisão Temporária – Prisão Preventiva (expedição de mandado de prisão).
- Medida Protetiva (afastamento do lar e outras medidas).
- Comunicação de Cumprimento de Prisão Preventiva (registro de ocorrência da delegacia).
- Requerimento de Antecipação de Tutela.
- Busca e Apreensão de menor.
- Autorização de Sepultamento, Cremação.
- Internação Hospitalar.

Avaliação

Verificação de aprendizagem escrita, aplicada no final do curso.

Bibliografia

- Ato Executivo nº 854/2013, pub. 04/03/2013.
- Ato Normativo Conjunto 11/2013, pub. 23/08/2013.
- Aviso 1588/2013, pub.18/12/2013.
- Aviso CGJ nº1605/2013, pub. 19/12/2013.
- Consolidação Normativa da Corregedoria Geral de Justiça – Livro I - Parte Geral.
- Resolução TJ/OE/RJ nº 33/2014, pub. 10/01/2014.
- Provimento nº 41/2014, pub. 06/08/2014.
- Ato Executivo nº 61/2015, 09/02/2015.
- Aviso CGJ nº 966/2015, pub. 29/06/2015.
- Aviso CGJ nº 1090/2016, pub. 01/07/2016.
- Ato Normativo Conjunto nº 39/2015, pub. 18/09/2015.
- Provimento CGJ nº 78/2015, pub. 30/11/2015.
- Ato Normativo Conjunto nº 155/2016, pub. 10/11/2016.
- Provimento CGJ nº 3/2017, pub. 12/01/2017.

Carga Horária

12 horas.

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

Atualização: 19/04/2017	Revisão: 01
-------------------------	-------------